

## Informação

[Projeto de Resolução n.º 1006/XIV/2.ª \(PSD\)](#) – Faz recomendações ao Governo e à Fundação para a Ciência e Tecnologia visando um reforço urgente do investimento na Ciência e na Comunidade Científica em Portugal

[Projeto de Resolução n.º 1500/XIV/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda a adoção de medidas para a dinamização do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, combatendo a precariedade e o subfinanciamento

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º, n.º 1, do RAR, em reunião da Comissão de 16.11.2021.

---

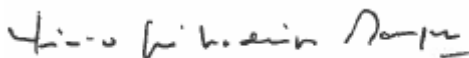
1. Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa (poderes dos Deputados) e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República (poderes dos Deputados), foi apresentada a seguinte iniciativa:
  - [Projeto de Resolução n.º 1006/XIV/2.ª \(PSD\)](#) – Faz recomendações ao Governo e à Fundação para a Ciência e Tecnologia visando um reforço urgente do investimento na Ciência e na Comunidade Científica em Portugal
  - [Projeto de Resolução n.º 1500/XIV/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda a adoção de medidas para a dinamização do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, combatendo a precariedade e o subfinanciamento
2. A discussão da iniciativa acima identificada ocorreu na reunião da Comissão de 16 de novembro de 2021.
3. A Deputada Isabel Lopes (PSD), no âmbito da apresentação do projeto de resolução n.º 1006/XIV, começou por referir que o mesmo já foi apresentado em fevereiro de 2021 e alguns pontos já estão ultrapassados. Realçou depois que com a pandemia do COVID os cidadãos viraram-se para os cientistas e concretizou as recomendações que apresentam, tendo feito a atualização verbal de algumas delas.
4. A Deputada Ana Mesquita (PCP), no âmbito da apresentação do projeto de resolução n.º 1500/XIV, colocou o enfoque no combate à precariedade e fim desta e aos ataques aos direitos dos trabalhadores. Enfatizou também a valorização dos Laboratórios do Estado, que desenvolvem funções de soberania, o combate às fugas à manutenção dos direitos dos trabalhadores, a integração dos investigadores na carreira científica e concretizou as recomendações do respetivo projeto de resolução.
5. O Deputado Luís Monteiro (BE) referiu que já houve várias iniciativas sobre os investigadores e as suas instituições, que se verifica uma entropia no sistema e que há entraves introduzidos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). A terminar, perguntou se o PSD vai alterar o texto do respetivo projeto de resolução.
6. O Deputado Bruno Aragão (PS) mencionou que houve uma avaliação alargada da FCT por entidades externas e concluiu-se que se devia assegurar mais estabilidade e previsibilidade no financiamento. Referiu depois que Portugal tem vindo a reforçar o investimento público e o sistema científico e atualmente há concursos anuais, definidos com muita antecedência e os mesmos são devidamente publicitados. Fez depois uma comparação com o concurso de 2012, em que se registaram vários problemas e salientou o crescimento registado, com mais investigadores capazes de concorrerem. Enfatizou depois a relação entre o ensino superior e a investigação, defendeu que o Estatuto do Bolseiro deve manter-se para as situações para que foi criado, referiu que

há mais instituições, de diferentes tipologias e mais Laboratórios do Estado e realçou que Portugal exportou muito a nível da saúde, em consequência da ciência.

7. A Deputada Isabel Lopes (PSD) reiterou as recomendações respeitantes a metas de evolução em termos percentuais e discordou de algumas matérias do projeto de resolução n.º 1500/XIV, do PCP.
8. A terminar, a Deputada Ana Mesquita (PCP) manifestou concordância com algumas medidas adotadas pelo Governo, nomeadamente a norma transitória do Decreto-Lei n.º 57/2016, alterado pela Lei n.º 57/2017 ([versão consolidada](#)) e informou que se houver atualização do projeto de resolução n.º 1006/XIV poderão eventualmente concordar com algumas recomendações.
9. Realizada a discussão, cuja gravação áudio será disponibilizada nos projetos de resolução referidos, remete-se esta Informação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação das iniciativas na reunião plenária, nos termos do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 16 de novembro de 2021

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(Firmino Marques)**